

## Luta da FETEMS garante reajuste de 6,28%, acumulando 20,11% em 2015, no salário dos professores

**Aumento da categoria é o maior do país, e primeira etapa para integralização do piso por 20 horas será lançada na folha de outubro, com recebimento em novembro**



Após intensa luta da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS), que resultou em uma semana de greve no primeiro semestre de 2015 (de 27 maio a 5 junho), os professores da Rede Pública Estadual terão reajuste de 20,11%. O valor é referente ao índice salarial acumulado em 2014, sendo 13,01% do reajuste do Piso Nacional e 6,28% do percentual de integralização do piso por

20 horas. O aumento será lançado na folha de pagamento do mês de outubro, com recebimento em novembro.

Segundo o presidente da FETEMS, Roberto Magno Botareli Cesar, essa é uma conquista histórica da entidade no que diz respeito à valorização dos professores da Rede Estadual, especialmente se comparada ao cenário nacional. "A garantia de reajuste é fruto da luta da FETEMS e da categoria que

soube se manter firme diante da possibilidade de não ter o direito ao Piso por 20 horas garantido pelo governo anterior. Fomos o único estado a conseguir reajuste de **13,01%** referente à correção do Piso Nacional. No Paraná, mesmo com a greve que durou 40 dias, os professores conseguiram 3,45% de reajuste. Pernambuco conseguiu 7%", pontuou.

Dessa forma, os professores passa-

rão a receber a partir do mês que vem 73,78% do valor do Piso Nacional por 20 horas. O salário-base para o nível superior será de R\$ 4.245,39. Assim, os trabalhadores em Educação se aproximam da meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE).

O objetivo desse item do PNE é valorizar os(as) profissionais do Magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente.

De acordo com levantamento realizado pelo portal de notícias G1, entre os meses de abril e junho, em média, o professor da Rede Pública Estadual no país, formado em licenciatura (ou seja, com diploma do ensino superior), recebe 57% do salário mediano dos trabalhadores brasileiros com formação equivalente. Segundo uma comparação feita pelo Cadastro Central de Empresas (Cempre) com base em dados de 2013, e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o salário médio de trabalhadores com formação de nível superior foi de R\$ 4.726,21.

PROFESSOR 20H - OUTUBRO DE 2015

6,28% Classes	Níveis Coeficientes	I 1,00	II 1,50	III 1,60	IV 1,65
A	1,00	1415,13	2122,70	2264,21	2334,96
B	1,15	1627,40	2441,10	2603,84	2685,21
C	1,32	1867,97	2801,96	2988,75	3082,15
D	1,38	1952,88	2929,32	3124,61	3222,25
E	1,44	2037,79	3056,68	3260,46	3362,35
F	1,50	2122,70	3184,04	3396,31	3502,45
G	1,55	2193,45	3290,18	3509,52	3619,19
H	1,61	2278,36	3417,54	3645,37	3759,29

ESPECIALISTA 36H - OUTUBRO DE 2015

6,28% Classes	Níveis Coeficientes	I 1,00	II 1,10	III 1,15
A	1,00	4245,39	4528,42	4669,93
B	1,15	4882,20	5207,68	5370,42
C	1,32	5603,91	5977,51	6164,31
D	1,38	5858,64	6249,21	6444,50
E	1,44	6113,36	6520,92	6724,70
F	1,50	6368,09	6792,62	7004,89
G	1,55	6580,35	7019,04	7238,39
H	1,61	6835,08	7290,75	7518,59

PROFESSOR 40H - OUTUBRO DE 2015

6,28% Classes	Níveis Coeficientes	I 1,00	II 1,50	III 1,60	IV 1,65
A	1,00	2830,26	4245,39	4528,42	4669,93
B	1,15	3254,80	4882,20	5207,68	5370,42
C	1,32	3735,94	5603,91	5977,51	6164,31
D	1,38	3905,76	5858,64	6249,21	6444,50
E	1,44	4075,57	6113,36	6520,92	6724,70
F	1,50	4245,39	6368,09	6792,62	7004,89
G	1,55	4386,90	6580,35	7019,04	7238,39
H	1,61	4556,72	6835,08	7290,75	7518,59

ESPECIALISTA 30H - OUTUBRO DE 2015

6,28% Classes	Níveis Coeficientes	I 1,00	II 1,0667	III 1,10
A	1,00	3129,60	3338,34	3442,56
B	1,15	3599,04	3839,10	3958,94
C	1,32	4131,07	4406,61	4544,18
D	1,38	4318,85	4606,92	4750,73
E	1,44	4506,62	4807,22	4957,29
F	1,50	4694,40	5007,52	5163,84
G	1,55	4850,88	5174,43	5335,97
H	1,61	5038,66	5374,73	5542,52

# FETEMS e governo iniciam debate sobre reforma do Estatuto dos Profissionais em Educação

No dia 21 de setembro, a diretoria da FETEMS esteve reunida com a comissão do governo estadual, responsável pelo acompanhamento e análise da Reestruturação das Carreiras dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul.

A Comissão é formada por 14 membros, com representantes da Procuradoria-Geral do Estado, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, da Secretaria de Fazenda, da Secretaria de Educação e do Sindicato dos Funcionários Administrativos da

Educação.

A Federação participa com quatro representantes: o presidente, Roberto Botareli; a vice-presidenta, Sueli Veiga Melo; o secretário de Finanças, Jaime Teixeira; e o secretário dos Funcionários Administrativos, Wilds Ovando.

No primeiro encontro, os representantes da CONSTAT, empresa de consultoria contratada pelo governo para orientar o debate do grupo de trabalho, expuseram alguns dados compilados sobre a educação pública do Estado.



## Conselho de Presidentes discute propostas da reforma do Estatuto

No último Conselho de Presidentes, que aconteceu no dia 24 de setembro, na sede da FETEMS, em Campo Grande, a entidade debateu todos os itens da proposta da Federação, que dispõe sobre a reforma do Estatuto dos Profissionais em Educação.

Na proposta, a FETEMS defende, entre outros temas, a implantação de uma política de formação dos professores e dos administrativos, como especialização, mestrado e doutorado; o Profuncionário em nível superior e, ainda, que o estado propicie condições para os professores buscarem a especialização e avancem em relação ao doutorado.

Outra questão é a importância da implantação de uma política salarial aos funcionários administrativos vinculada ao reajuste do Piso Nacional dos Professores.

Os presidentes irão levar ao conhecimento da base a proposta da Federação para democratizar o debate. "A FETEMS irá discutir com a categoria todas as questões relacionadas à reforma do Estatuto, iremos decidir de maneira democrática, pois o Estatuto é a estrutura central da carreira dos trabalhadores em Educação, e não podemos permitir que haja retirada de direitos da categoria", disse o presidente da Federação, Roberto Botareli.

## Resultado da luta

A conquista da política salarial para os professores é resultado da greve de oito dias iniciada no dia 27 de maio. Na ocasião, a categoria protestou contra reajuste zero dos administrativos em Educação, descumprimento da lei para o pagamento de 1/3 da hora-atividade e descumprimento da Lei nº 4.464, que garante a integralização do Piso Nacional por 20 horas.

Como resultado da paralisação, o governo abriu um canal de diálogo para estudos sobre a implantação de uma política salarial para os administrativos, o pagamento da diferença de 1/3 da hora-atividade, referente a 2013, previsto no artigo 23, § 3º, da Lei Complementar nº 087/2000, a partir de janeiro de 2016, e a publicação da Lei Complementar nº 200 que garantiu o Piso Salarial por 20 horas.

A FETEMS também conseguiu a prorrogação do concurso do Magistério e do concurso dos Administrativos; a chamada do concurso dos professores, com 500 convocados em julho de 2015 e 500 em 2016; e a garantia de que os administrativos possam disputar eleição para diretores de escolas na Rede Estadual, eliminando a cláusula do projeto da SED/MS que previa alterar a conquista histórica da eleição direta e democrática para diretores.



facebook/fetems



twitter/fetems



youtube/fetems

[www.fetems.org.br](http://www.fetems.org.br)

**FETEMS**

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

FILIADA À CUT CNB CDEESE

73 SIMTEDEs afiliados